Cardoso e Cunha, passando posteriormente para os serviços da DG IX (Unidade de Recrutamento).
1-10-91 — 30-7-92 — estágio na Comissão Europeia — Bruxelas — no Gabinete do Comissário Cardoso e Cunha.

Línguas estrangeiras:

Português — língua materna;
Francês — fluência escrita e falada;
Inglês — fluência escrita e falada;
Espanhol — conhecimento passivo.

Conhecimentos de informática — Word, Excel, Outlook.

Despacho n.º 9785/2006 (2.ª série). — Na sequência da solicitação apresentada pelo Instituto Politécnico de Macau de reconhecimento, no sistema de ensino superior português, do curso de bacharelato em Relações Públicas da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Macau, com o plano de estudos aprovado pelo despacho n.º 62/2000, do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura da Região Administrativa Especial de Macau, publicado no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*, n.º 38, de 18 de Setembro de 2000;

Considerando o disposto no n.º III do anexo I da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e da República Popular da China sobre a Questão de Macau, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 25/87, de 14 de Dezembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 38-A/87, da mesma data;

Considerando o disposto no artigo 4.º do Acordo de Cooperação na Área da Educação e Cultura entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, aprovado pelo Decreto n.º 25/2002, de 21 de Agosto;

Considerando o parecer da comissão de especialistas nomeada pelo despacho n.º 13 365/2005 (2.ª série), de 17 de Junho, alterado pelo despacho n.º 4251/2006 (2.ª série), de 22 de Fevereiro, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 19/95, de 28 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/99, de 3 de Maio: Determino:

1 — É homologado o parecer da comissão de especialistas nomeada pelo despacho n.º 13 365/2005 (2.ª série), de 17 de Junho, alterado pelo despacho n.º 4251/2006 (2.ª série), de 22 de Fevereiro, pelo que são reconhecidos, para todos os efeitos, no sistema de ensino superior português, como titulares do grau de bacharel os titulares do grau de bacharel em Relações Públicas pelo Instituto Politécnico de Macau através da sua Escola Superior de Ciências Empresariais, com o plano de estudos aprovado pelo despacho n.º 62/2000, do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura da Região Administrativa Especial de Macau, publicado no *Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau*, n.º 38, de 18 de Setembro de 2000.

2 — O reconhecimento a que se refere o número anterior aplica-se apenas aos graus obtidos nas condições fixadas pelo diploma legal nele referido.

3 — O reconhecimento é averbado pela Direcção-Geral do Ensino Superior no verso da carta de curso que titula o grau de bacharel.

4 — O averbamento a que se refere o número anterior reveste a seguinte forma:

«Reconhecido como titular do grau de bacharel ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 19/95, de 28 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 145/99, de 3 de Maio, e no despacho n.º ... (número e data da publicação do presente despacho), do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

... (data do averbamento).

O Director-Geral do Ensino Superior, ... (assinatura do director-geral do Ensino Superior, sobre a qual será aposto o selo branco respectivo).»

4 de Abril de 2006. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 9786/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Abril de 2006, por delegação:

João Carlos Martins Lopes dos Santos, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção Regional do Porto deste Ins-

tituto — nomeado, em regime de substituição, chefe da Divisão de Obras, Conservação e Restauro da mesma Direcção Regional, com efeitos à data do despacho.

18 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *Henrique Parente*.

Nota curricular

João Carlos Martins Lopes dos Santos nasce na Torre de Moncorvo, em Janeiro de 1962.

É licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. É mestre em Restauro Arquitectónico pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de La Coruña, Espanha, 1999.

Desde 1989 exerce profissão liberal, sendo autor de projectos de arquitectura, nomeadamente na área de restauro, recuperação e reabilitação do património.

Desde 1989 exerce funções de técnico superior no Instituto Português do Património Arquitectónico, tendo como funções a gestão, coordenação e acompanhamento técnico de projectos e obras, bem como a elaboração de projectos de arquitectura para imóveis afectos ao IPPAR, dos quais destaca o projecto referente à «Operação integrada de restauro, recuperação e reabilitação do Mosteiro de Tibães, em Braga».

De 1991 a 1995 exerce actividade docente no Curso Superior de Arquitectura da Escola Superior Artística do Porto (ESAP), leccionando a disciplina de Construção.

De 1993 a 1998 participa na elaboração do Inventário do Património Arquitectónico classificado, para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Em 1997 foi distinguido com o prémio 3.ª Bienal Internacional de Arquitectura de São Paulo - Brasil na categoria Património Histórico, ao qual concorreu com o projecto da Biblioteca Municipal de Moncorvo, de que é co-autor.

Em 2002 foi distinguido com o prémio INH 2002 (prémio de promoção privada), com empreendimento de 48 fogos em Milheiros, Maia.

Tem participado em vários colóquios sobre a temática do património como orador convidado ou em cursos de mestrado promovidos pelas Faculdades de Arquitectura do Porto e de Lisboa.

Despacho (extracto) n.º 9787/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Abril de 2006, por delegação:

Fernando Maia Pinto, assessor principal do quadro de pessoal do Instituto Português de Arqueologia — nomeado, em regime de substituição, chefe da Divisão de Salvaguarda da Direcção Regional do Porto deste Instituto, com efeitos à data do despacho.

20 de Abril de 2006. — O Vice-Presidente, *Henrique Parente*.

Nota curricular

Fernando Maia Pinto nasceu em Matosinhos, em 14 de Dezembro de 1946.

Formou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes da Universidade do Porto, no ano de 1976.

É fundador do Curso Superior de Arquitectura da Árvore, hoje ESAP (Escola Superior Artística do Porto), responsável pelas cadeiras de Arquitectura I, II e III, tendo sido director do Curso em 1983-1984.

Em 1984, é requisitado ao Ministério da Educação pelo então Instituto Português do Património Cultural (IPPC), onde foi autor de diversos projectos no domínio do restauro e recuperação e projectos de valorização de estações arqueológicas no Norte. Foi responsável pelo projecto de arquitectura do Parque Arqueológico do Cão.

Em 1997, é nomeado director de serviços do Parque Arqueológico do Cão.

Regressa ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) em 2005, em situação de requisição na Direcção Regional do Porto, onde se encontra desde então.

Pertence ao quadro de pessoal do Instituto Português de Arqueologia, com a categoria de assessor principal.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Presidência do Governo

Resolução n.º 1/2006/M (2.ª série). — A Assembleia Municipal do Funchal aprovou, em reunião extraordinária realizada em 3 de Março de 2006, e sob proposta da Câmara Municipal, a decisão de elaborar o Plano de Urbanização de D. João Norte e a proposta